

Secretário Energia S/A.

Balço patrimonial Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	31/12/2016	31/12/2015 (Não Auditado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	1
Adiantamento a fornecedores	-	22	-
Total do ativo circulante		22	1
Não circulante			
Imobilizado líquido	1	1.382	419
Total do ativo não circulante		1.382	419
Total do Ativo		1.404	420

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Secretário Energia S/A.

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2016	31/12/2015 (Não Auditado)
Passivo Circulante			
Fornecedores nacionais	2	73	-
Obrigações sociais e trabalhistas	3	57	-
Outras contas a pagar		4	5
Total do passivo circulante		134	5
Passivo não circulante			
Partes relacionadas	4	861	414
Total do passivo não circulante		861	414
Patrimônio líquido			
Capital social	5a	415	1
Prejuízos acumulados		(6)	-
Total do patrimônio líquido		409	1
Total do passivo e patrimônio líquido		1.404	420

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Secretário Energia S/A.

Demonstração do resultado do exercício Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015 (Não Auditado)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	-	(5)	-
Resultado financeiro líquido	-	(1)	-
Prejuízo do exercício		(6)	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Secretário Energia S/A.

Demonstração de resultados abrangentes Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015 (Não Auditado)
Prejuízo líquido do exercício	(6)	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(6)	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Secretário Energia S/A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Constituição da sociedade - 26/01/2015	-	1	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)		<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Aumento de Capital	5a	414	-	414
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(6)	(6)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>415</u>	<u>(6)</u>	<u>409</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Secretário Energia S/A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(6)	-
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
Aumento de adiantamento a fornecedor	(22)	-
Aumento de fornecedores	73	-
Aumento em obrigações tributárias e trabalhistas	57	-
Aumento / (diminuição) em outras contas a pagar	(1)	5
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais	101	5
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Acréscimo de imobilizado	(963)	(419)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(963)	(419)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas	861	414
Aporte de capital	-	1
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	861	415
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(1)	1
Caixa no início do exercício	1	-
Caixa no final do exercício	-	1
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(1)	1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e complementados por normas específicas aprovadas para o setor energético pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e complementados por normas específicas aprovadas para o setor energético pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pela Administração em 21 de junho de 2017.

2.2. Principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos, nos casos dos investimentos financeiros, dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

b) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, líquido, quando aplicável, de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização, quando aplicável.

Após a entrada em operação, a depreciação será reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas serão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

c) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal da construção do ativo imobilizado e são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

d) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

e) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apuradas e reconhecidas em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida quando todos os riscos e benefícios são transferidos ao comprador. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

f) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (1) ativos financeiros para negociação; (2) ativos financeiros mantidos até o vencimento e (3) ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Ativos financeiros

1) Ativos financeiros para negociação

Quando aplicável, os ativos financeiros para negociação, são classificados nessa categoria, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”. A Companhia não possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações contábeis classificados nessa categoria.

2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

3) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. A Companhia não possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações contábeis classificados nessa categoria.

Passivos financeiros

Representados por contas a pagar de fornecedores e conta corrente com partes relacionadas e são apresentados pelo valor original, acrescido quando aplicável, de juros, variações monetárias incorridas até as datas das demonstrações contábeis. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

Método da taxa efetiva de juros

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa 2.1, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando a Companhia têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. As provisões julgadas pelos advogados como de perdas possíveis são divulgadas em notas explicativas com as explicações e fundamentos dos advogados para a conclusão sobre a probabilidade.

2.4. Alterações nas práticas contábeis emitidas pelos órgãos reguladores e novas normas contábeis

A Companhia está avaliando os impactos da adoção das normas emitidas pelo (ainda sem correspondente no CPC) que entrarão em vigor após o exercício de 2016:

- IFRS 9 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Instrumentos financeiros (Financial Instruments);
- IFRS 15 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2017) – Receita de Contratos com Clientes (Revenue from Contracts with Customers);
- IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil - A nova norma substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

1. Imobilizado

O ativo imobilizado é composto por aquisição de terrenos, incluindo gastos com regularizações e taxas, bem como gastos com construções em andamento, tais como projetos, mão de obra, material de construção, dentre outros. Os gastos com construção em andamento estão apresentados no grupo de “Gastos a ratear”. Após a finalização da obra, os mesmos serão reclassificados entre imobilizações com “Reservatório, barragem e adutoras” e “Edificações, obras civis e benfeitorias”.

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados a seguir:

Descrição	% - a.a. taxa de depreciação	31/12/2016 Líquido	31/12/2015 Líquido (Não auditado)
Terreno		403	403
Máquinas e equipamentos	2 a 5,9%	12	-
Móveis e utensílios	10%	7	-
Gastos a ratear		941	16
Sistema de transmissão de conexão	-	19	-
		1.382	419

Movimentações no ativo imobilizado

Descrição	31/12/2014	Adições	31/12/2015 (Não Auditado)	Adições	31/12/2016
Terreno	-	403	403	-	403
Máquinas e equipamentos	-	-	-	12	12
Móveis e utensílios	-	-	-	7	7
Gastos a ratear	-	16	16	925	941
Sistema de transmissão de conexão	-	-	-	19	19
	-	419	419	963	1.382

2. Fornecedores

Descrição	31/12/2016	31/12/2015 (Não auditado)
Locação e Transporte	37	-
Materiais de Construção	20	-
Outros	16	-
	73	-

3. Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015 (Não auditado)
Salários a pagar e encargos	41	-
Provisão férias e 13º salário e encargos	16	-
	57	-

4. Partes relacionadas

Refere-se a aportes realizados com a intenção de equilíbrio de fluxo de caixa, que foram utilizados para os gastos em andamento da construção da usina no exercício de 2016.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015 (Não auditado)
América Geração S.A.	861	-
Wenergy Participações S.A.	-	414
	861	414

5. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2016 é de R\$488 (R\$1 em 2015), dividido em 488.254 (900 em 2015) ações nominativas, sendo 415.016 são ordinárias e 73.238 são preferenciais, todas sem valor nominal, sendo R\$415 totalmente integralizadas e o restante a ser integralizado pela Fagundes Energia e Participações Ltda. em bens, créditos ou moeda corrente nacional.


Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total de ações	% de participação
América Geração S.A.	415.016	-	415.016	85%
Fagundes Energia e Participações S.A.	-	73.238	73.238	15%
Total	415.016	73.238	488.254	100%

b) Destinação do lucro


Do lucro líquido apurado aplicar-se-ão, compulsoriamente: i) 5% para constituição de reserva legal, até que se atinga 20% do capital social; ii) 25% de dividendos mínimos obrigatórios e iii) saldo remanescente terá a destinação determinada em assembleia geral.

6. Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não era parte em processos judiciais ou administrativos.



Andrew Frank Storfer
Diretor
CPF: 010.515.298-67



Dediel Ueda
Contador
CRC- 1SP-272632/O-0